

## INTRODUÇÃO

**N**a madrugada de 24 de agosto de 1821 um levantamento militar no Porto dava expressão visível e eficaz a um descontentamento que atravessava os diferentes estratos da população, sobretudo urbana, no comércio, na indústria, na administração, na justiça, no exército. As razões desse descontentamento são múltiplas e estão bem identificadas nas duas proclamações que os chefes militares do levantamento leram aos soldados em parada. A movimentação de tropas, que fora preparada com o secretismo necessário por um grupo de homens proeminentes da burguesia, da magistratura e das chefias militares, visava a salvação da Pátria e o fim dos males que a trazem em sofrimento. O caminho é a unidade («*uma só vontade nos una*») e a reforma política, como proclama o discurso lido nessa manhã aos soldados pelo coronel Sebastião Cabreira, mas tendo em vista uma reforma que «*deve guiar-se pela razão, e pela justiça, e não pela licença*». O que mais se teme é a alteração tumultuosa da ordem e a anarquia, daí o apelo à convocação imediata de Cortes «*que sejam o órgão da Nação, e elas preparem uma Constituição, que assegure nossos direitos*». O ideário liberal e constitucional toma como guia a razão e o primado da lei, não o poder absoluto. A proclamação aos soldados lida pelo coronel Bernardo Sepúlveda expressa o mesmo ideário anti absolutista dos revoltosos, centrado na nomeação de «*um Governo Provisional, que chame as Cortes a fazerem a Constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males*».

As duas proclamações lidas pelos militares foram ambas escritas por José Ferreira Borges, então secretário da Junta Geral da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, jurista e figura proeminente do Sinédrio, grupo fechado que preparou e liderou esta revolta, rapidamente vitoriosa. As proclamações têm uma patente motivação política de expressão liberal e, para além de já nesse mesmo dia terem circulado impressas na cidade do Porto, seriam publicadas no *Diário nacional*, do Porto, o primeiro jornal liberal publicado em Portugal, cujo número inaugural saiu logo a 26 de agosto, sábado, com permissão da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. A Junta havia sido nomeada em ato convocado pelos revoltosos para a Câmara Municipal do Porto para as 8 horas da manhã do mesmo dia de 24 de agosto. Ferreira Borges é também o autor da Proclamação aos Portugueses que anuncia a nomeação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, aprovada nessa manhã na Câmara do Porto, para o efeito considerada como «Paço do Governo», como se lê na datação do documento. Nesta proclamação acentua-se



ainda mais a ideia de unidade da nação, entre a monarquia, o sacerdócio, o exército, a magistratura, o comércio. Nenhuma das ordens com poder e socialmente relevantes é excluída da revolução, pelo contrário, todas são chamadas a participar e integram a Junta. Múltiplas vezes se declara fidelidade ao rei D. João VI, que a revolução pretendia fazer regressar do Brasil, que ele mesmo havia elevado à condição de reino autónomo por Carta Lei de 16 e dezembro de 1815.

Na Proclamação aos Portugueses da Junta Provisional sobressai ainda como nova regra política, que «ninguém será incomodado por suas opiniões, ou *conducta passada*». A liberdade de opinião e de imprensa, até aí ferreamente controladas, são o sinal mais evidente do tempo político que nesse dia se abre e que terá como um dos atos mais significativos o fim da Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, em março de 1821. Até à publicação do *Diário nacional* a imprensa liberal portuguesa tinha toda sido impressa no estrangeiro, sobretudo pelos exilados em Londres, mas também em Paris.

A imprensa, as movimentações das tropas e dos líderes, sobretudo a generalizada aversão à dura repressão dos anos mais recentes, assim como o descontentamento pela situação política e económica, fizeram alastrar rapidamente a revolta, que ganha apoios por todo o país, com a progressiva adesão de outras guarnições. Por fim, com a sublevação em Lisboa a 15 de setembro também a capital adere à revolução, é destituída a Regência e é nomeada uma Junta Interina. E logo entre 10 e 29 de dezembro ocorrem os atos eleitorais para as Cortes Constituintes. Quatro meses de notável aceleração da ação política, com eficácia surpreendente para uma nação a que antes não eram dadas liberdades com o argumento de que a nação não estava preparada para a liberdade.

Para os protagonistas e os líderes da revolta e os seus defensores, a revolução do dia 24 de agosto de 1820 marca uma rutura radical com o passado. A mudança de poder e a esperança na realização das melhores promessas de um tempo novo (sobretudo a nova constituição, as liberdades e o fim do despotismo) conquistam e valem-se do imaginário cultural e artístico. Veja-se a gravura a buril de Constantino de Fontes, sobre desenho de António Maria de Fonseca, sem data, mas seguramente ainda da década de 1820, intitulada *Alegoria à Revolução Liberal do Porto, no dia 24 de Agosto de 1820* (na capa deste volume). Como se diz no título, a alegoria é «Dedicada a excelsa soberania das cortes lusitanas pelo advogado Archangelo de Dominicis», descrevendo-se a alegoria logo a seguir, na longa legenda: «*Lisa despedaça as cadeas; empunha á espada, q'lhe offereceo Gomes Freire, jura a Constituição; piza o Despotismo, chama as armas toda a Cidade do Porto para jurar fidelidade e obediencia à dita Constituição; vem-se os três Heróes Sepúlveda, Gil e Cabreira impavidos, a executar o dito juramento com imensa soldadesca e Povo.*



*Enfim a Prepotencia que foge de um lado»*<sup>1</sup>. Simbolicamente, nesta representação heroica da revolução, os burgueses e o exército têm em fundo a um lado uma igreja e do outro quatro estandartes da Constituição protegidos ou ladeados por uma cortina de baionetas embainhadas e em riste, Constituição que também está na filacteria que orna a trombeta que o anjo anunciador faz soar.

A 24 de agosto de 1820 eclode um processo de renovação política que acertará também o compasso de Portugal com os outros países do sul da Europa, Espanha, Itália, Grécia, onde as ideias liberais também se enraízam e influenciam os acontecimentos. Em Portugal e por todo o lado, a revolução suscitará de imediato uma igualmente aguerrida resistência às novas ideias. Sucedem-se as revoltas e contrarrevoltas, até à guerra civil e várias décadas de convulsões entre liberais e absolutistas, com múltiplas variantes em cada campo, até ao fim da monarquia e mesmo bem dentro da República, já no século XX.

A cidade do Porto assume nestes acontecimentos e talvez pela primeira e única vez uma efetiva liderança política nacional, o que bem justifica as iniciativas da Câmara Municipal e de diversas instituições da cidade comemorativas do bicentenário da revolução.

As repercussões da revolução de 1820 no campo das ideias, das literaturas e da cultura são igualmente importantes, por isso pareceu oportuno promover uma reflexão alargada e trans-disciplinar sobre o impacto da Revolução Liberal desde a sua época até aos dias de hoje e a atualidade da tradição liberal em política. Com esses objectivos, o Instituto de Filosofia da Universidade do Porto (grupos de investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal” e “Razão, Política e Sociedade na Idade Média e início da Idade Moderna”) e o Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa organizaram um encontro científico previsto para 2020, mas que a necessidade de proteção sanitária para mitigar a pandemia de covid19 obrigou a adiar, tendo decorrido a 18 de junho de 2021. Como se explica a seguir, o colóquio foi organizado em homenagem a Pedro Baptista.

Este volume inclui versões revistas e preparadas para publicação das comunicações apresentadas no colóquio, organizadas tanto quanto possível em sequência cronológica dos respetivos temas, que aqui se apresentam brevemente:

Mendo Castro Henriques em *As origens do liberalismo no Porto e no Rio de Janeiro: o 24 de Agosto e o 26 de Fevereiro* discute a relação de continuidade e os traços comuns entre o levantamento militar do Porto e a proclamação do príncipe D. Pedro perante o levantamento militar no Rio de Janeiro, em que transmite

---

<sup>1</sup> Cf. Cordeiro, José Manuel Lopes, *1820. Revolução liberal do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto 2020, pp. 120-121; a páginas 122-129 podem ser lidas as proclamações antes citadas. Este volume oferece uma completa biografia dos antecedentes e das operações do levantamento militar no dia 24 de agosto, até ao seu alastramento ao território nacional, culminando com o regresso de D. João VI ao território continental europeu de Portugal em julho de 2821.



a aceitação pela monarquia da reclamação para Portugal de uma Constituição semelhante à de Cádiz de 1812 e o conseqüente respeito pela função régia no quadro de uma monarquia constitucional, na qual se enquadra já o regresso do rei D. João VI a Portugal continental em julho de 1821.

Afonso Rocha em *D. Frei Francisco de S. Luís e o “conflito” entre a Igreja e o Estado durante a Revolução Liberal portuguesa* considera a ação política e religiosa do cardeal Saraiva e o seu envolvimento na revolução liberal e defesa de um regime constitucional para compreender a relação entre Estado e Igreja no âmbito da revolução, que, como têm defendido diversos estudiosos, entre os quais o próprio Autor, não é ditada pela irrelegiosidade ou desejo de erradicação da religião e Igreja católicas. Essa relação de conflito entre Estado e Igreja é suscitada pela oposição do lado liberal à desmesura da posse de bens materiais pela Igreja, e pela oposição da Igreja à supremacia do poder político face ao poder espiritual, cuja superioridade a Igreja continuava a defender. Nesse quadro, a Igreja alinha-se em grande parte pela manutenção do Antigo Regime e a defesa do absolutismo tradicionalista, com Frei Fortunato de São Boaventura como figura preponderante. Do lado liberal emerge a ação de Frei Francisco de S. Luís, cujos textos pastorais permitem compreender as razões, também teológico-filosóficas, pelas quais terá desvalorizado o conflito entre Igreja e Estado.

Jorge Teixeira da Cunha em *A Revolução de 1820 e o pensamento ético português* posiciona Portugal nas tendências da racionalidade iluminista que desde o século XVIII trazem também para o centro das discussões as ideias de liberdade, secularização e progresso. Se se admite (com John Milbank) que na modernidade a moralidade é reconduzida à esfera da vontade e da consciência interna individual e a ação política é deixada ao Estado com o consentimento do indivíduo, então a história da cultura portuguesa, onde fervilham movimentos de ideias em conflito e contracorrente, permitiria traçar um quadro diferente e refratário às ideias políticas modernas. Assim, defende-se que a presença de uma cultura de afirmação da virtude dos cidadãos como fundamento da comunidade política, o desenvolvimento de uma racionalidade ética de tradição aristotélica, a influência do direito natural realista, a continuidade de uma cultura social de tolerância e convivência pacífica, são elementos pré-1820 da cultura lusa e brasileira que, se observados de outro modo, poderiam ter então suscitado outra diferente configuração do caminho para a democracia.

José Francisco Meirinhos em *Filosofia e política nas Viagens de Almeida Garrett, um liberal de 1820* procura no romance de 1845-46 a memória da revolução de 1820 na sua intersecção com as ideias filosóficas e políticas do narrador, ou com as que Almeida Garrett ele mesmo deixou no seu celebratório texto de 1821 (*O dia vintequatro d'Agosto*) e em diversos outros opúsculos programáticos, nomeadamente os que escreveu no exílio londrino sobre educação ou a



geopolítica da revolução liberal. Um quarto de século após a revolução portuense, apesar da amargura pela história nacional recente e os seus piores protagonistas, Almeida Garrett mantém, não sem ironia romanesca, a defesa das suas posições sobre a liberdade e a constituição política.

Marco Alexandre Ribeiro em *O projeto liberal na historiografia portuguesa*, tomando como ponto de partida o seu interesse principal pela Idade Média, procura compreender os «*liberalismos portugueses*», os avanços e recuos da revolução liberal de 1820, a construção da ideia de nação e a receção do ideário liberal na elite cultural portuguesa. Sumaria-se primeiro o contexto e o desenvolvimento da vida política em Portugal na primeira metade do século XIX, seguidamente é discutido como o ideário socialista da segunda metade do século influenciou ou se refletiu nas posições de Antero de Quental e Oliveira Martins, para então discutir como a interpretação da história de Portugal é influenciada pelos ideais liberais perfilhados de forma patente por autores como Alexandre Herculano (o municipalismo como instância de salvaguarda das liberdades individuais e coletivas), Antero de Quental (a crítica do centralismo régio), Oliveira Martins (D. João I e Afonso V como modelos opostos de rei e a astúcia política de D. João II).

António José Queiroz em *A Revolução Liberal de 1820: ecos parlamentares na I República*, na esteira de uma afirmação de Sampaio Bruno sobre a revolução portuense (que descreve como «mãe de tudo, em matéria de liberdade e democracia, em Portugal, até do 31 de Janeiro no Porto e até do 5 de Outubro em Lisboa»), identifica as intervenções de parlamentares que, não sem oposição, defendem a legítima inspiração da nova constituição republicana na constituição liberal de 1822 e outros textos legais subsequentes. Quer na Assembleia Constituinte de 1911, quer no posterior Congresso, constituído por Câmara dos Deputados e Senado, são numerosas e constantes as intervenções parlamentares com referências à legislação vintista, ora para criticar, ora para defender a legislação republicana, mais para sublinhar continuidades, mas também para afirmar diferenças, concluindo-se que essa evocação de 1820 foi transversal a todo o período da I República.

Maria Celeste Natário em *A Revolução Liberal de 1820 e a primeira Faculdade de Letras do Porto: aproximações* caracteriza brevemente os factos históricos que rodeiam o aparecimento e primeiro desenvolvimento das ideias liberais em Portugal com e após a revolução de 1820, para em seguida destacar o movimento académico coimbrão “geração de 70”, a instauração da República em 1910, a “Renascença Portuguesa” e a sua revista **A Águia**, como outros tantos pontos salientes da permanência do espírito liberal no século XIX e início do século XX. Na “Renascença Portuguesa” destacam-se algumas figuras marcantes da cultura e da literatura, que tiveram um papel relevante na fundação e efémero funcionamento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre 1919 e 1931, que procurava romper com o ensino universitário tradicional e promover a reflexão, o



que também foi prosseguido pelos discípulos formados nesse breve período e que se viriam a destacar nas letras portuguesas.

Francisco Assis em *A abordagem dos Direitos Humanos na obra de Claude Lefort* analisa o pensamento do filósofo e sociólogo francês (1924-2010), que considera «um pensador do acontecimento, da contingência, do conflito e da liberdade» e que com Cornelius Castoriadis fundou o grupo de reflexão e a revista “Socialisme ou Barbarie”. São tidos em conta os três ensaios que publicou sobre os direitos do homem, nos quais discute a significação política destes direitos, defendendo que “o político” pressupõe uma ideia de existência ou coexistência humanas, e recusando, por isso, que eles se fundam no individualismo antipolítico e que visam legitimar sociedades atomizadas. Dessa forma e a um tempo Lefort afasta-se quer da ortodoxia marxista, quer da vulgata liberal. A crítica da crítica de Marx aos direitos humanos permite a Lefort concluir que a liberdade de opinião e de expressão são constitutivas de um espaço público democrático.

Wanderley Dias da Silva em *Liberalismo, insurgências e contra-insurgências – da aristocracia à meritocracia: velhos e novos dilemas* analisa as críticas de Michael Sandel à meritocracia, que a entende como ameaça às liberdades individuais e corruptora dos princípios da democracia, trazendo aqui a discussão para a situação política e sanitária no mundo em meados de 2021 e aduzindo as desigualdades de distribuição de recursos nas últimas décadas. A questão da meritocracia é retomada nos argumentos de Sandel e Daniel Markovits, que desmontam as ideias feitas sobre a sua natureza benéfica e a singularizam como obstáculo ao que parecem estimular na sociedade liberal: a mobilidade social, a igualdade de oportunidades, a inclusão social. Mas, também as emendas que propõem são consideradas insuficientes, basicamente tornar a educação menos competitiva e abrir o acesso às universidades de elite. Retomam-se, por isso, as críticas à meritocracia que já estavam presentes em *Uma teoria da justiça* de John Rawls, que vão mais longe e implicam repensar a possibilidade de sociedades justas e igualitárias.

Renato Epifânio em *Paradoxos da Democracia no século XXI – em abono do espírito liberal da Filosofia Portuguesa: in memoriam de Pinharanda Gomes* parte das críticas de Platão à democracia ateniense em *A república*, paralelas a outras de Aristóteles e de Nietzsche, para as comensurar com posições hodiernas face a insucessos da educação e da cultura, para defender que o “caminho democrático” das sociedades ocidentais é hoje irreversível e a intervenção no espaço público deve contribuir, como caminho de cidadania, para elevar o nível da opinião pública. Na segunda secção analisa-se o estudo de Pinharanda Gomes sobre o capítulo “Movimento Intelectual” da obra de José de Arriaga *História da Revolução Portuguesa de 1820* (vol. I, livro II, cap. III, publicado em 1886) onde faz uma caracterização da filosofia portuguesa entre 1720 e 1820, discutindo a tese de Arriaga sobre a influência de ideias alemãs, francesas e inglesas no desencadear da revolução de 1820, em que as últimas terão predominado, sem diminuir a



importância do «sentimento nacional» português que então predominava, mas que não evitou os posteriores desvios ao genuíno espírito liberal de 1820.

*Em memória de Pedro Baptista* reúne os contributos de três estudiosos da cultura, do pensamento, da política portuense e nacional, que em diferentes situações partilharam interesses e atividades com o homenageado. Primeiro, Joaquim Pinto da Silva evoca Pedro Baptista escritor e pesquisador no fazer de três das suas mais importantes obras, nas quais estuda autores e momentos da história do pensamento filosófico português, tendo sido editor de uma dessas obras e partilhado interesses e esforços de pesquisa para outra. Seguidamente, José Manuel Lopes Cordeiro evoca o percurso de militância estudantil de Pedro Baptista e a posterior preparação e publicação das suas *Memórias*, em 2 volumes, bem como a sua atividade enquanto Comissário-Geral das Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820, para as quais Lopes Cordeiro comissariou a exposição principal, patente na Casa do Infante de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021 e que inaugurava no dia em que Pedro Baptista viria a falecer, razões pelas quais lhe dedicou o imponente volume de história da revolução de 1820<sup>2</sup>. Por fim, Rui Lopo, começando por evocar o percurso político e militante de Pedro Baptista, descreve a sua leitura pluralista e anti monolítica do pensamento português, a que dedicou o melhor do seu labor como investigador e como pensador com várias obras que se tornaram marcos definitivos sobre os temas que em cada uma delas estuda, destacando também os temas em torno do pensamento chinês e suas relações com o pensamento ocidental, sobre os quais trabalhava ultimamente em estudos que se encontravam em fase de conclusão, mas que não chegou a publicar.

O colóquio foi organizado em homenagem e em memória de Pedro Luís da Rocha Baptista (1948-2020), investigador e colaborador dos dois centros de investigação que o promoveram e que fora o responsável, enquanto seu Comissário-Geral, pela preparação do programa das Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal do Porto de 1820, organizadas pela Câmara Municipal do Porto. Pedro Baptista faleceu a 20 de fevereiro de 2020, exatamente no dia em que iria ser inaugurada a exposição *1820. Revolução Liberal do Porto*, que integrava e abria o programa de comemorações para o qual estava a trabalhar intensamente.

Para além de múltiplos trabalhos dispersos em publicações académicas e outras, Pedro Baptista publicou ficção<sup>3</sup> e sobretudo ensaio e filosofia<sup>4</sup>, provavelmente

---

<sup>2</sup> Cf. Cordeiro, *1820. Revolução liberal do Porto*, cit., pp. 5, 9.

<sup>3</sup> Pedro Baptista, *Sporá*, Afrontamento, Porto 1993; *O cavaleiro azul*, Campo das Letras, Porto 2001; *Pessoas, animais e outros que tais: narrações do Dr. Domingos Pintado*, Campo das Letras, Porto 2004; *A queima do cão de palha*, Campo das Letras, Porto 2008

<sup>4</sup> Pedro Baptista, *O filósofo fantasma: Lúcio Pinheiro dos Santos*, Zéfiro, Sintra 2010; *A pluralidade na escola portuense de filosofia: o pensamento moral e político de Newton de Macedo*,



a parte mais substancial da sua obra, e trabalhava agora num amplo projeto, enriquecido pelos anos recentes que viveu em Macau, China, com o qual pretendia traçar os paralelismos e o diálogo entre a tradição filosófica ocidental e a tradição filosófica chinesa. Publicou também dois volumes de memórias, onde sobressai a sua atividade como estudante antifascista, que o levou a ter que viver na clandestinidade, líder do movimento maoísta *Grito do Povo*, professor, deputado na Assembleia da República pelo Partido Socialista, fundador de um novo partido para defender a regionalização, deputado municipal no Porto pelo movimento independente liderado por Rui Moreira<sup>5</sup>.

O envolvimento e paixão de Pedro Baptista pela leitura e a discussão filosófica só tinha equivalente na sua participação cívica e atividade política, em partidos ou em movimentos independentes, nunca hesitando em prosseguir a defesa das suas posições, sempre com persistência e paixão entusiasmada, que faziam dele um militante da causa da liberdade, defensor permanente da emancipação cidadã e crítico tenaz de todas as formas de subserviência, como as suas memórias bem testemunham.

\*

Os organizadores agradecem o apoio prestado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (através do financiamento do Instituto de Filosofia — UI&D 502), pela Reitoria da Universidade do Porto (através do programa U.Porto e Banco Santander – Programa Santander Universidades) e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apoios que tornaram possível a organização do encontro e a edição desta obra. Pela mesma razão agradecemos o inestimável e constante apoio da Dr.<sup>a</sup> Isabel Marques (Instituto de Filosofia) na gestão e divulgação destas iniciativas.

JOSÉ FRANCISCO MEIRINHOS  
*Instituto de Filosofia. Departamento de Filosofia, FLUP*

---

Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 2010; *O milagre da Quinta Amarela: história da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)*, Universidade do Porto, Porto 2012; *Filosofia contemporânea portuguesa em Macau: introdução*, Livros do Meio, Macau 2013; *Um mundo a fazer: estudos sobre o pensamento português contemporâneo*, Orfeu, Bruxelas 2013; Introdução e edição da *Obra completa de Newton de Macedo*, 3 volumes, Universidade Católica Portuguesa, Porto 2014.

<sup>5</sup> Pedro Baptista, *Da foz velha a 'O Grito do Povo': a oposição maoísta à ditadura*, Memórias I (1948-1974), Afrontamento, Porto 2014; *Da revolução gorada aos desafios do presente*, Memórias II (1974-2014), Afrontamento, Porto 2015.

